



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÕES PERMANENTES



**RELATÓRIO DE APONTAMENTOS DAS ANÁLISES E REUNIÕES SOBRE
OS PLANOS DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÕES**

Este relatório traz apontamentos e sugestões relativas ao Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo, no sentido de esclarecer alguns pontos, cujos tópicos encontram-se organizados na ordem em que os Projetos foram protocolados no Poder Legislativo, com exceção do primeiro item, que trata de problemas comuns a todos os Planos.

Cumprе salientar a importância de que o Poder Executivo analise todas as reivindicações dos servidores, inclusive aquelas não contempladas por este relatório, tendo em vista que algumas não chegaram até esta Câmara de Vereadores, e outras não houve tempo hábil para análise e manifestação.

TODOS OS PLANOS

- **Progressão:** Com a primeira progressão imediata ao fim do estágio probatório, seu terceiro ano não pode ser considerado para a segunda progressão, sendo que esta deve acontecer somente após 2 anos, conforme o inciso I do artigo que trata da progressão. Também solicita-se a retirada de que o servidor "colocado em disponibilidade" não tenha direito ao desenvolvimento funcional;
- **Enquadramento funcional:** Revisão de todas as tabelas de enquadramento funcional a fim de evitar injustiças;
- **Gratificação de Incentivo à Capacitação Profissional:** Recomenda-se que, para os cargos de nível fundamental e médio, deixe de ser exigida a relação direta com as atribuições, sendo que, em inúmeras situações, não existem capacitações específicas disponíveis em nossa região;
- **Salário-base inferior ao salário mínimo projetado para 2023:** Definir salários-base inferiores aos R\$1.294,00, projetados pela LDO para 2023, exigirá que o Município pague Complementação Salarial a partir de Janeiro/23, sendo assim, recomenda-se que todos os salários-base estejam acima deste valor;
- **Auxílio transporte:** Recomenda-se que os servidores que cumprirem intrajornada diária recebam o auxílio transporte em valor dobrado, considerando a necessidade de deslocamento em dobro;
- **Revogações:** Ajustar todos os artigos de revogações para não utilizar termos genéricos como "e suas alterações posteriores". Todas as leis revogadas devem ser indicadas especificamente.

PLC nº 395/2022 - Plano Geral

- **Art. 24, parágrafo único:** Sugere-se nova redação: "Do quantitativo dos cargos de provimento em comissão, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será ocupado por servidores efetivos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal";
- **Art. 35:** Suprimir, pois já são regulamentadas por lei; Neste sentido, sugere-se transcrever o conteúdo da LC nº 216/2014 e fazer a sua revogação expressa;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÕES PERMANENTES



- **Art. 56:** Reconsiderar a extinção dos cargos de Auxiliar Administrativo, Técnico em Laboratórios de Solos, Telefonista e Administrador de Empresas durante a validade do Concurso, levando em conta que existem aprovados, aguardando em lista de convocações;
- **Art. 66:** Deve-se revogar a LC nº 235/2016 ao invés da LC nº 236/2016;
- Verificar a necessidade de revogar a Lei Complementar nº 232/2016 (PCCR do GAAI);
- **Anexo II:** Avaliar a possibilidade de unificação dos Grupos AOD e ASD;
- **Anexo V:** Rever linha de enquadramento funcional dos servidores efetivos;
- **Anexo X:** O cargo de Auxiliar Administrativo está sem descrição e especificação;
- Rever a criação do cargo "Administrador Público" com características semelhantes ao de "Administrador de Empresas", posto em extinção, contudo, com maior remuneração e sem previsão de investidura de servidor, pois não existia no concurso. Este caso cumpre todos os requisitos para que fossem apenas realizadas alterações no cargo já existente;
- Rever a unificação dos cargos de Fiscal de ITBI e Fiscal Tributário durante a validade do Concurso, considerando que existem aprovados para os dois cargos, que fizeram provas diferentes, para atribuições diferentes que, em caso de unificação, os cargos passam a se confundir;
- Analisar a possibilidade de recomposição salarial para todos os cargos de nível superior.

PLC nº 396/2022 - Plano da Secretaria Municipal de Educação - SEMED

- Envio imediato de Projeto de Lei, em separado, aplicando o reajuste para os profissionais do magistério para adequação ao piso nacional;
- **Art. 18, § 7º:** Suprimir o texto "ou em grupos de até no máximo 3 educandos";
- **Art. 22:** Inserir na redação a jornada de trabalho do Professor AEE, de acordo com o § 1º, Art. 17 da LC 147/2010;
- **Art. 26, III, a:** Adequar a redação para possibilitar que, na sala de aula de ensino regular, possam ser matriculados até três alunos com deficiências diferentes, conforme laudo médico, com redução de 10% do quantitativo de alunos descritos nos incisos I e II para cada aluno especial;
- **Art. 27:** Maior clareza em relação ao termo "franquear";
- **Arts. 30 a 36 - Capítulo X, Seção I:** A avaliação de desempenho deve atender ao art. 5º, inciso XVIII, alínea "c", item 1 e ao inciso XIX, da Resolução nº 5, de 03/08/2010 do Ministério da Educação, com avaliação coletiva e não individualizada. Verificar a possibilidade de manter a progressão por antiguidade e mérito como modelos distintos.
- **Art. 45:** Verificar a possibilidade de equiparação da Gratificação por Capacitação Profissional aos mesmos percentuais dos demais Planos e baseada na referência atual ocupada pelo servidor (§ 5º);
- **Art. 72:** Avaliar a colocação de cargos em extinção quando a sua existência está garantida em Lei Federal;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÕES PERMANENTES



- **Art. 75:** Retirar a revogação da Lei nº 5.012/2018;
- Verificar os cargos de Biblioteconomista e Administrador Escolar que estão presentes da LC 147/2010 (alterada pela LC 286/2020) e não são citados em todos os anexos do projeto atual;
- Grupo Ocupacional ATD e SPD não estão inclusos no anexo IV - Linha de Enquadramento Funcional, ficando sem indicativo de tabela de enquadramento;
- Padronizar os Grupos Ocupacionais. Art 10º: ATD - SPD - ATA - ANS. Tabelas e Anexo III: PEB - ATA - ANS - AOD. Anexo II: ATD - SPD - ATA - ANS - ASD.
- Inclusão de dispositivo para que a Gratificação por interiorização seja calculada com base na referência atual e não na referência I;
- Criação dos cargos de Mediador (solicitação da AMAVI, baseada em decisão do TJRO), Intérprete de Braille e Professor Letras/Libras;
- A inclusão de dispositivo que deixe claro o direito à aposentadoria especial para Supervisores e Orientadores;
- Ajuste das atribuições de Intérpretes e Professor AEE em acordo com a BNCC.

PLC nº 397/2022 - Plano da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS

- **Art. 55:** Rever a extinção do cargo Técnico em Imobilização Ortopédica durante a validade do concurso público (houve apenas um aprovado no concurso, que ainda não foi convocado);
- Verificar a necessidade de inclusão de artigo que disponha sobre a revogação de alguma lei;
- **Anexo II:** O cargo de Auxiliar em Saúde Bucal está duplicado na tabela;
- **Anexo IV:** Os últimos três cargos estão confusos, possivelmente duplicados e faltando os cargos de Auxiliar de Saneamento e Auxiliar em Saúde Bucal na coluna da LC nº 008/1996;
- **Anexo V:** Está faltando a referência XI ou houve erro de digitação.
- A redução no quantitativo de vagas para médicos e enfermeiros poderá impedir a realização de processos seletivos para contratação de servidores temporários, pois é necessária a disponibilidade de vagas previstas em Lei. Neste ponto deve-se considerar que a terceirização de médicos reduziu a qualidade na prestação de serviços e aumentou o índice com gastos de pessoal;
- Analisar a possibilidade de recomposição salarial para todos os cargos de nível superior.

PLC nº 398/2022 - Plano da Procuradoria Geral do Município - PGM

- **Art. 7º, § 1º e Art. 44:** Duplicidade de conteúdo;
- **Art. 47:** Incluir a revogação da Lei Complementar 217/2014;
- **Anexo II:** Ao invés de "Classe Única", a LC nº 158/2011 tem três classes: A, B e C (Redação dada pela LC nº 217/2014).

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÕES PERMANENTES



PLC nº 399/2022 - Plano do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos - SAAE

- **Art. 20:** Sugere-se nova redação ao Parágrafo único, sendo “Do quantitativo dos cargos de provimento em comissão, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será ocupado por servidores efetivos da Autarquia;
- **Art. 22, Art. 23, §1º e Art. 26:** definição sobre o uso do termo “ato normativo” ou “portaria”;
- **Art. 27:** Atualmente o auxílio transporte é regido pela Lei nº 221/2014, não se aplicando qualquer ato normativo interno;
- **Art. 34:** Alterar a forma de definição dos pontos para gratificação de produtividade, de Portaria para Lei;
- **Art. 45:** A extinção de cargos de atividade-fim pode colocar em risco a capacidade operacional da Autarquia. O uso de cargos em comissão, mesmo que temporariamente, não é a opção adequada para sanar a necessidade. Embora tudo aponte para a terceirização das atividades, é necessário verificar a economicidade e qualidade dos serviços prestados. Entendendo que não é o mais adequado ao Município, sugere-se que os cargos de Encanador Hidro Sanitário e Leiturista deixem de ser extintos;
- **Anexo IV:** Manutenção do grupo ocupacional e classe do cargo de Leiturista, conforme LC nº 203/2014;
- Considerando que o reajuste previsto para alguns cargos de nível superior é de mais de 130% e dos demais cargos, acumulados desde 2014, foi de aproximadamente 103%, assim, sugere-se a possibilidade de igualar o percentual de aumento ao dos cargos de nível superior.

PLC nº 400/2022 - Plano do Instituto de Previdência Municipal de Vilhena - IPMV

- Verificar a necessidade de criação de cargos para realização de concurso público para atender às demandas da Autarquia e solucionar os problemas relacionados às cedências;
- Verificar a oportunidade para revogação expressa da Lei nº 4.064/2015, que instituiu a gratificação para estímulo funcional (possivelmente inconstitucional);
- **Art. 8º, § 2º:** O termo “contratados ou concursados” é incompatível com a sistemática de admissão no cargo público efetivo tratado pelo PCCR. Sugestão é inserir o termo “admitidos”, por ser mais genérico;
- **Art. 8º, § 3º:** Verificar a aplicabilidade deste parágrafo;
- **Art. 9º:** Inserir exceção da carga horária específica do cargo de Advogado (Lei 8.906/1994, art. 20: *A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva*) e de Assistente Social (Lei 8.662/1993, art. 5º-A: *A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais*);
- **Art. 23:** Suprimir a repetição do termo “calculada sobre seu vencimento base” dos incisos I, II e III, mantendo a sua redação apenas no *caput*;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÕES PERMANENTES



- **Seção II, Subseção III:** Rever a necessidade de manter os dispositivos que tratam dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade, pois não há cargos com possibilidade de percepção dessa verba remuneratória na estrutura organizacional do IPMV;
- **Art. 27, § 7º:** Sugere-se nova redação: "[...] calculado sobre a referência inicial da Classe A do Grupo Ocupacional ASD deste Plano, no caso de insalubridade, e sobre o salário base do cargo do servidor, em caso de periculosidade, nos seguintes percentuais";
- **Art. 27, § 7º:** Sugere-se nova redação: "A concessão dos adicionais previstos no caput deste artigo dar-se-á a partir da lotação do servidor em local insalubre, independente de requerimento;
- **Art. 27, § 8º:** Suprimir, pois não é condição imposta na NR-15;
- **Art. 30:** A redação do artigo trata do reenquadramento por transposição de acordo com o Anexo III, porém este anexo não especifica o período de admissão e as referências que os servidores ocuparão após a vigência da lei. Analisar se os servidores serão mantidos no mesmo nível/referência ou se serão reenquadrados segundo tabela do anexo a ser produzida;
- **Arts. 38 e 39:** As redações estão repetidas.

Por fim, espera-se que os apontamentos possam ser úteis para sanar inconsistências nos planos e atender as necessidades dos servidores públicos municipais.

Vilhena, 26 de abril de 2022.

Em viagem
Ademir Alves
Vereador

[Signature]
Pedrinho Sanches
Vereador

[Signature]
Wilson Tabalipa
Vereador

Em viagem
Clerida Alves
Vereadora

[Signature]
Professora Vivian Repessold
Vereadora

Zé Duda
Zé Duda
Vereador

[Signature]
Dionatan Pagani
Vereador

[Signature]
Sargento Damassa
Vereador

[Signature]
Zeca da Discolândia
Vereador

Em viagem
Nica Cabo João
Vereadora

[Signature]
Samir Ali
Vereador

[Signature]
Zezinho da Diságua
Vereador

[Signature]
Ronildo Macedo
Vereador Presidente